

MOSTRA DE TRABALHOS E PROJETOS DOS TÉCNICOS DE
NÍVEL SUPERIOR DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

3º expotec

De 2 a 13 de julho de 2012

NA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE



Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

www.astecmpa.com.br







Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

APRESENTAÇÃO

Esta terceira edição, da qual participam 167 autores, confirma a Expotec como um evento consagrado no âmbito da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Expor e publicar as produções técnicas vem ao encontro da missão da Astec de valorização profissional dos Técnicos de Nível Superior e indica o compromisso desses servidores para com a qualidade dos serviços prestados à população.

Agradecemos a todos que possibilitaram a realização desta Mostra, em especial aos Técnicos Científicos e associados da Astec; à Câmara Municipal por ceder o espaço para a exposição; à Comissão Organizadora e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste evento.

Eng. Civil Paulo Demingos
Presidente da Astec

Organização da 3ª EXPOTEC

COORDENAÇÃO GERAL **Biól. Isabel Junqueira**

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO **Biól. Isabel Junqueira e Adm. Margareta Baumgarten**

PARTICIPAÇÃO **Arq. Denise Pickler**

SECRETARIA **Marta Rosi Souza dos Santos**

JORNALISTA RESPONSÁVEL **Ruvana De Carli - DRT 5534**

PRODUÇÃO **Luísa Barros - CONRERP 2937**



GESTÃO 2011-2012

DIRETORIA EXECUTIVA

Eng. Paulo Demingos
PRESIDENTE

Biól. Isabel Cristina Junqueira
1ª VICE-PRESIDENTE

Eng. Clóvis Breda
2ª VICE-PRESIDENTE

Adm. Márcia Carcunschinski da Silva
1ª SECRETÁRIA

Eng. Adriano Roque de Arruda
2ª SECRETÁRIO

Eng. Carlos Bernd
1ª TESOUREIRO

Jorn. João Iudes Nodari
2ª TESOUREIRO

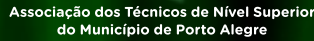
CONSELHO DELIBERATIVO

Eng. Agr. Aldenise Ceratti Lopes
Cont. Ari Krasner
Eng. Carlos Augusto Nissola
Eng. Carlos Ernesto Gallichio Friedrich
Eng. Carlos Penha Otero Júnior
Eng. Dante Cerqueira Michele
Arq. Denise Pickler
Biól. Eduardo Delgado Olabarriaga
Eng. Ênio Renato Alves Junior
Eng. Irineu Pedro Foschiera
Eng. João Pedro Chaves Nunes
Arq. Josane Gauer
Eng. José Link Barbosa
Enf. Lurdes M. Toazza Tura
Eng. Marcelo Dieterich
Enf. Márcia Cambraia Calixto
Adm. Margareta Baumgarten
Eng. Ricardo Z. Pulvirenti
Arq. Selma Rubina Thomaz
Eng. Sérgio Luiz Brum
Arq. Sônia Maria dos Santos Castro
Eng. Vinício Lino de Freitas

CONSELHO FISCAL

Econ. Marisa Ney Santos de Pinho
Econ. Valdir Belbute
Adm. Vera Lúcia Broki Brasil





AUTORAS

Análise das alterações feitas pela comunidade nas unidades habitacionais de três empreendimentos construídos em Porto Alegre, a fim de verificar qual o nível de relação existente entre as alterações e o sentimento de pertencimento dos moradores.



7

Projeto de reassentamento das famílias ocupantes da ‘Vila Tio Zeca- Areia’, hoje Loteamento Bela Vista, desenvolvido a partir do relacionamento dos técnicos municipais com as comunidades de baixa-renda, conjugando interesses e integrando o conhecimento vivencial e histórico.



Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre



AUTORA

Arq. Simone Aquino Baddo

Regularização urbanística e fundiária da comunidade denominada Vila Canadá, melhorando a qualidade de vida dos moradores e integrando o assentamento à cidade formal, de modo a proporcionar a ordenação urbana e ambiental.



AUTORES

Psic. Luciano Hoffling Dutra, Ass. Adm. Maria Denise Rodrigues e Ass. Adm. Nadia Maria Lorini

Implementação gradativa da Gestão de Pessoas por Competências junto ao grupo de gestores do DMAE, visando o desenvolvimento das competências gerenciais para qualificação dos processos de trabalho.



AUTORES Cont. Ana Marli Gerevini, Ass. Inf. Ger. Leomar dos Santos Sarmiento, Adm. Jovanes Souza Teles, Adm. Margareta Baumgarten, Ass. Jur. Jorge Luiz Ojeda, Cont. Ana Laura Ramos Corrêa, Bel. Dir. João Paulo Lopes Ferreira e Ass. Adm. Aloma Franskoviak

A Avaliação de Fornecedores de Materiais e Serviços de não Engenharia, instituída pela Instrução 396/2010, mensura o desempenho dos Fornecedores do DMAE qualificando-os e classificando-os, conforme o cumprimento das exigências legais contratadas, para a melhoria da Gestão de Suprimento.



AUTORES

Biól. Evandro Ricardo da Costa Colares, Quím. Iara Conceição Morandi,
Biól. Carmem Rosália Marodin Maizonave, Eng. Civil Sônia Silva Krigger e
Biól. Rodrigo da Rocha Andrade

Atualização do índice de qualidade da água do lago Guaíba, principal manancial de abastecimento de Porto Alegre, em 9 anos de amostragens trimestrais em 26 pontos de monitoramento no Delta.

[illegible]

www.astecmpa.com.br



Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

GPE

A NECESSIDADE DE MUDANÇA DE CULTURA NA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA:

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COM ÊNFASE NA CONSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES NA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

O atual Modelo de Gestão da Prefeitura, cujas premissas básicas são a transversalidade, a territorialidade e a transparência, foi estruturado a partir de 2005 contando com o trabalho de técnicos. Esse modelo objetiva a unidade da administração para a qualificação dos serviços públicos, unindo esforços para a modernização da máquina administrativa e otimização da aplicação dos recursos.

to, a partir de uma visão estratégica e sistêmica.

Hoje, são 13 os Programas Estratégicos, em que o Gerenciamento e o Monitoramento, com o controle por meio de indicadores e metas, medindo os resultados de todos os órgãos municipais, são expressos de forma transparente no Portal de Gestão.

Indicadores construídos com foco no esforço ou no resultado, associados a expressões numéricas que definem o futuro desejado em determinado prazo. Indicadores associados a uma ou mais metas, possibilitam gerir o desempenho, que é a soma de esforços e resultados, visando à análise crítica e melhoria contínua, com benefícios para a sociedade, para a imagem da organização e para a auto-estima dos servidores.

Para a construção de indicadores de fácil obtenção, comunicação e entendimento, confiáveis e estáveis, e para o estabelecimento de metas desafiadoras e realistas é imprescindível intimidade com os processos que os servidores detêm.

Na iniciativa privada, a medição de desempenho permite a participação nos lucros das empresas. Na Prefeitura, a verificação dos resultados e a aferição dos desempenhos estão possibilitando a concessão de gratificações diferenciadas a diversas categorias, sendo fundamental que nós, servidores públicos da administração municipal, nos envergemos partícipes desse modelo, que nada mais é do que o reflexo do nosso dia a dia numa nova formatação.



Partindo da estruturação do Modelo e da definição da Estratégia por meio de Eixos de atuação, foi colocada em andamento a sua execução. A partir da criação de uma Coordenação de Planejamento Estratégico, composta por técnicos originários de diversos órgãos, foi iniciado o processo conjugando as ações em andamento e o planejamento.

Temos como gestão, processo, resultado e sucesso somente têm significado quando relacionados a medições sistêmicas de desempenho, cuja análise vem permitindo, a cada ciclo, a revisão e a correção do planejamento. Cada processo tem seus objetivos específicos, orientados pelos objetivos amplos da organização. Eles são medidos por meio de in-

COORDENADORA DO GABINETE DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: ARQ. IZABEL MATTE E OUTROS
matte.izabel@prefeitura.com.br



Prefeitura de Porto Alegre

www.portoalegre.org.br

AUTORA

Arq. Izabel Matte

Modelo de Gestão da PMPA que objetiva a unidade da administração para a qualificação dos serviços públicos, unindo esforços à modernização da máquina administrativa e otimização da aplicação dos recursos.



AUTOR

Adm. Júlio César Lopes Abrantes

Modelo de gestão adotado pela Prefeitura de Porto Alegre desde 2005, focado na qualificação dos servidores, melhoria dos serviços e equilíbrio das contas públicas.





Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

SEDA

PROJETO

Med. Vet. Marcelo Páscoa Pinto, MSc.
marcelo.pascoa@sedaport.com.br
Secretaria Especial dos Direitos Animais - SEDA

Introdução

O projeto Bicho Amigo desenvolvido pela Secretaria Especial dos Direitos Animais visa controlar os índices reprodutivos na população de cães e gatos, principalmente daquelas famílias em situação de vulnerabilidade social.

O projeto conta com duas unidades móveis estruturadas em ônibus equipados com todas as facilidades necessárias à realização de exames e pequenas cirurgias, e transporte seguro de cães e gatos.

A castração consiste em uma cirurgia feita em cães e gatos, fêmeas e machos, para impedir que se reproduzam sem controle, ocasionando uma superpopulação. Todos os animais esterilizados recebem um chip subcutâneo no dorso que através de um número se obtém as informações contidas no cadastro do proprietário, estimulando a guarda responsável destes animais.

Figura 1 - Unidade Móvel 1 do Projeto Bicho Amigo

Figura 2 - Unidade Móvel 2 do Projeto Bicho Amigo

Objetivos

- Redução da população canina e felina no município de Porto Alegre.
- Estimular a guarda responsável de proprietários, cuidadores e colecionadores de animais, por meio da chipagem dos animais esterilizados.

Metodologia

Por meio de agendamentos prévios junto aos PSFs da região, associação de moradores e demais lideranças da comunidade, estas unidades móveis são deslocadas até o bairro escolhido. A unidade 1 funciona em parceria com a Faculdade de Medicina Veterinária da UFRGS, contando com a participação de professores e alunos que atendem os animais na própria comunidade, realizando exames clínicos e hematológicos e castrações. A unidade 2 faz o recolhimento dos animais, devidamente identificados e autorizados pelos seus proprietários e os cuidadores e os transporta até a clínica veterinária onde serão realizados os procedimentos de esterilização e chipagem. Estes animais permanecem por 48 horas neste local, recebendo todos os cuidados necessários ao pós-operatório e ao final são reconduzidos até a comunidade e entregues aos seus responsáveis.

Figura 3 - Unidade do transporte - Unidade Móvel

Resultados

Em menos de 1 ano de projeto, de agosto de 2011 a maio de 2012, já foram castrados 2.452 animais, conforme apresentado na Tabela 01.

Mês	AGO/11	SET/11	OUT/11	NOV/11	DEZ/11	JAN/12	FEB/12	MAR/12	ABR/12	MAY/12
Nº de animais castrados	320	296	251	127	176	254	135	234	275	344

Figura 4 - Unidade do transporte - Unidade Móvel

Considerações Finais

As parcerias firmadas com os PSFs, por meio do trabalho realizado pelas agentes de saúde, e das lideranças comunitárias, tem proporcionado um atendimento mais rápido e eficiente aos animais das famílias em situação de vulnerabilidade social, consolidando a SEDA alcançar os objetivos propostos pelo projeto Bicho Amigo.

REFERÊNCIAS

BRIT, R., e TORRES, M. (2005) O papel dos tutores na redução de comportamentos indesejados em cães e gatos. *Revista Animal Dentária* (Lima), 12, 539-544.

ENDERBERGER, E., e GONZALEZ, J. (2005) Atuação de comportamentos em cães após a castração. *Revista Animal Dentária* (Lima), 12, 545-546.

REDFORD, J.C., REDFORD, R.S., e REID, B. (2007) Efeitos da castração sobre problemas de comportamento em cães mediana, com referência à idade e direção do comportamento. *Journal of the American Veterinary Medical Association*, 201 (9), 1465-1467.

D'AVANZO, V., e PASCOA, M. (2010) Efeitos Comportamentais de esterilização em cães. *Journal of Small Animal Practice*, 61, 104-106.

Secretaria Especial dos Direitos Animais - SEDA. Documento Interno/SEDA

www.sedaport.com.br

AUTOR

Méd. Vet. Marcelo Páscoa Pinto

Projeto que conta com duas unidades móveis estruturadas em ônibus equipados com todas as facilidades necessárias à realização de exames e pequenas cirurgias, além do transporte seguro de cães e gatos.



INSTITUTO PORTO ALEGRE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
INSTITUTO PORTO ALEGRE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

SMAM

CONFLITOS ENVOLVENDO NIDIFICAÇÃO DE AVES EM ÁREAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

A expansão das cidades têm gerado forte pressão sobre as áreas naturais, refletindo na perda, fragmentação e degradação de habitats.

O uso e ocupação do solo com interesse econômico, têm reduzido consideravelmente o espaço disponível para a fauna, estas acabam buscando nas construções e demais equipamentos locais para sua nidificação.

O presente trabalho visa verificar principais conflitos envolvendo nidificação de aves na área urbana de Porto Alegre, os dados do trabalho fazem parte do registro de atendimento às solicitações encaminhadas pela comunidade ao Setor de Fauna Silvestre da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre, no período de 2008 até setembro de 2011. As informações foram organizadas em planilhas contendo as seguintes informações: data, espécie, endereço e identificação do tipo de ocorrência.

Foram registrados conflitos envolvendo a nidificação de 13 espécies de aves: *Falco sparverius* (quero-quero), *Turdus rufoventris* (tatuí), *Vireo gilvus* (virão-verde), *Pitangus sulphuratus* (tam-tá-vi), *Furnarius rufus* (do-do-bom), *Myiophobus monachus* (curatito), *Coragyps atrax* (aratu), *Myiophobus sp.* (curatito), *Arremonops mexicanus* (curatito), *Myiophobus sp.* (curatito), *Arremonops mexicanus* (curatito), *Myiophobus sp.* (curatito), *Arremonops mexicanus* (curatito).

Casos em que envolviam ataque de aves estavam relacionados ao gênero rapinantes, face ao comportamento de defesa da espécie, utilizado para defender os filhotes, despertando medo às pessoas com as quais era necessário trabalho educativo e mesmo de manejo de ninhos.

Foram constatados conflitos envolvendo nidificação em campo de futebol e pista de corrida relacionados a espécie que nidificam no chão como o *Vireo gilvus* esta, além de fazer ninho apresenta característico comportamento de defesa.

Espécies de aves semiaquáticas como as taracurucas, que possuem dificuldade de deslocamento, normalmente ficam em cantoneiros de obras onde nidificam e precisam ser monitoradas ou mesmo relocadas.

Ocorreram casos envolvendo passeriformes e políglotas, em luminária pública, postes, telhados e chaminés, muitas vezes envolvendo o uso ou manutenção dos equipamentos. Também foram registrados ocorrências de degradação de ninhos, filhotes, e casos de deslocamento de ninhos.

AUTORES

Biól. Giane Inquellmann Niederauer, Biól. Soraya Ribeiro, Acad. Letícia Maria, Biól. Aline Oliveira Brasil, Acad. Kely Petroni Ewald, Eng. Agr. Frederico Klein Rutowski e Eng. Agr. Aldenise Ceratti

Verificação dos principais conflitos envolvendo nidificação de aves na área urbana de Porto Alegre, baseada nas demandas do Setor de Fauna Silvestre da SMAM, de 2008 até setembro de 2011.





Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre



AUTORA
Biol. Rita Maria Valer

Análise dos impactos de projetos imobiliários sobre a vegetação arbórea, com base no disposto no Decreto Municipal nº 17.232/11, que “dispõe sobre os procedimentos para supressão, transplante ou podas de espécimes vegetais”.



AUTORES

Eng. Eletrônico e Eletricista Antonio Aquino Pretto, Eng. Civil Nara Ione Medina Schmitt e Aux. Serv. Téc. Mafalda Lo Pumo

Qualificação do planejamento urbano na organização de atividades de prevenção e controle de ruído, através do diagnóstico dos níveis de emissão nas principais vias, e nas diferentes regiões da cidade com a proposição de medidas/ações de fiscalização e mitigação dos problemas sonoros.



Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre



AUTOR

Biól. Flávio Barcelos Oliveira

Implantação de inovações no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, criando o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e reconhecendo a Área Rururbana, caracterizada pela predominância de patrimônio natural.



AUTORAS

Eng. Agr. Janine Viezzer Nascimento e Eng. Agr. Carla Villanova Schnadelbach

Artigo que discute a Lei Complementar nº 646/10 modifica o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e defende que a tutela do meio ambiente não deve ser considerada em segundo plano em questões de ocupação de solo.





Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM
TÉCNICA, APLICANDO A INOVAÇÃO PARA O URBANISMO

SMAM

PLANEJAMENTO DA ARBORIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE - ESTUDO PRELIMINAR

Trabalho apresentado no XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA - CBAU, Bento Gonçalves, RS, 2010

Liesbet Olaerts, Cláudia B. V. Ruschel, Bibiana Cassol

INTRODUÇÃO

O processo de planejar a arborização, nas vias públicas de Porto Alegre, é bastante recente e vem sendo implementado de forma gradual. A fim de buscar o controle da diversidade de espécies e organização dos plantios, a GTZS / SMAM iniciou o planejamento da arborização, considerando fatores relacionados à infraestrutura e ao ambiente em que esta vai se desenvolver.

OBJETIVO

Relatar a experiência da GTZS / SMAM na elaboração do planejamento da arborização no período de 2008 a 2010. Apresentar as ferramentas desenvolvidas para auxiliar e melhorar o trabalho.

METODOLOGIA

- LOCAL: vias públicas de 103 logradouros, de 20 bairros da área de abrangência da GTZS - Porto Alegre, RS;
- BASE LEGAL: Plano Diretor de Arborização Urbana de Porto Alegre (2007);
- CITÉRIOS CONSIDERADOS NA ESCOLHA DA ESPÉCIE: topografia e tipos de vegetação associados, infraestrutura urbana e grau de circulação de pedestres e veículos, características morfológicas, fenológicas e dimensões das espécies, espécies utilizadas nos logradouros do bairro e disponibilidade de mudas;
- FERRAMENTAS UTILIZADAS: planilha eletrônica Excel, mapa na ferramenta Google Maps e Google Earth, cartas entregues aos moradores dos passeios públicos contemplados, com plantas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

- Aumento da diversidade das espécies, com predominância de nativas do município, segundo de nativas do Estado (Figura 1);
- A escolha adequada das espécies em relação ao espaço, visou minimizar o custo operacional para o manejo da arborização e manutenção dos demais elementos urbanos;
- A planilha organizou os dados, possibilitando a pesquisa por bairro ou rua e serviu para relacionar informações (Tabela 1);
- Os mapas permitiram uma ampla análise do planejamento da arborização por áreas geográficas (Figura 2);
- As cartas à comunidade possibilitaram o conhecimento da população na arborização, garantindo acesso à discussão e direito de fiscalização no cumprimento das ações (Figura 3).

TABELA 1 - PLANOJA RESUMIDA DO PLANEJAMENTO DA ARBORIZAÇÃO DO BAIRRO CRISTAL

LOGRADOURO	BAIRRO	ESPÉCIE RECOMENDADA	ESPÉCIE DE RESERVA	ESPÉCIE DE RESERVA (2)	ESPÉCIE PLANTADA
Tram	Crissal	Camelidoro (Camelidoro)	Alibon	Não por BT	6,00m
Jatã	Crissal	Chap. elat. (Chap. elat.)	Mangrove (Mangrove)	Não por BT	4,00m
Paulista	Crissal	Camelidoro (Camelidoro)	Camelidoro	Não por BT	Não plantado

FIGURA 2 - REPRESENTAÇÃO GEOMÉTRICA DO PLANEJAMENTO DA ARBORIZAÇÃO DO BAIRRO CRISTAL

FIGURA 3 - EXEMPLO DE CARTA PRE-PLANTIO PARA A ESPÉCIE ANDRÉZA QUATRO

AUTORES

Bibiana Cassol, Cláudia B. V. Ruschel e Liesbet Olaerts

Relato da experiência da Gerência Técnica Zonal Sul, subdivisão da SMAM, sobre a elaboração do planejamento de arborização das vias públicas da região sul da cidade.

23



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



A nidificação de algumas aves junto a equipamentos urbanos pode causar conflitos, tanto para as próprias aves, quanto para as pessoas. Esse fato demanda muitas das ocorrências que chegam ao Programa de Conservação de Fauna Silvestre da SMAM. Na maioria dos casos, o conflito é mitigado com orientações "in loco" e algumas vezes é necessário uma ação mais proativa dos órgãos oficiais. Este trabalho apresenta dois casos de relocação, realizados pela SMAM em conjunto com a Fundação Zoológica, Laboratório de Ornitologia.

Relocação de ninhos de aves em Porto Alegre

Case com as espécies *Falco sparverius* e *Coragyps atratus*

CASE 1 Relocação de ninhos de *Falco sparverius* - Falcão Quiriquiri

espécie: *Falco sparverius* (Falcão Quiriquiri) espécie silvestre, ameaçada pela Lei 9.805, de 1999.

ANO: 2009

PERÍODO: dezembro

Descrição do Conflito: Ninho com 5 filhotes, localizado na altura de um prédio no 4º andar do prédio. Os animais adultos apresentavam comportamento de defesa do ninho. Esse comportamento fazia com que choques entre aves e pessoas provocassem ferimentos em pessoas. Como filhotes das espécies alimentam-se de aves, carnívoros e outros animais eram encontrados nos arredores do prédio.

Ação: Avaliação da situação por parte de biólogos e técnicos de nível superior para remoção do ninho para continuidade do processo de criação dos filhotes. Foi escolhido o 1º andar do prédio (1º andar), para relocação. Os filhotes foram levados em casa para o novo local, no domingo às 10h e do centro. Foi realizada uma observação por vídeo e remoção dos filhotes por um mês, a fim de que os mesmos conseguissem alimentar-se no prazo de 10 dias, até a dispersão dos filhotes.

Monitoramento: Foi realizado monitoramento participativo com moradores locais por 45 dias, até a dispersão dos filhotes.

Resultado: 100% de sobrevivência dos filhotes.

CASE 2 Relocação de filhote de *Coragyps atratus*

espécie: *Coragyps atratus* (Guaçu, espécie silvestre, ameaçada pela Lei 9.805, de 1999).

ANO: 2010

PERÍODO: outubro, novembro e dezembro

Descrição do Conflito: Nidificação em varanda de apartamento, no 4º andar de prédio, no Bairro Bela Vista. Ninho com 2 ovos, eclosão apenas um filhote, que permaneceu no local por 20 dias. Como no local encontravam-se as entressalas de ar do apartamento e como houve a proliferação de baratas e acúmulo de fezes e alimentos, o local tornou-se insalubre.

Ação: O animal foi avaliado e indicado a cobertura localizada no 1º andar, para a relocação do filhote. Em 28 de dezembro de 2010, o filhote foi removido com utilização de equipamento adequado. Foi necessária sua relocação para dentro de seu apartamento e condução ao novo local, no domingo às 10h e do centro. Foi realizado o monitoramento desse com a tomada de peso do animal para verificação da alimentação do mesmo pelos pais. O peso do filhote oscilou de 1800g a 2200g, no período. No dia 29 de dezembro de 2010, foi verificado a presença de mãe e no dia 5 de janeiro de 2011, foi verificado a presença de pai. A presença do animal foi verificada em 6 de janeiro de 2011, para avaliar o estado do filhote e por favor a confirmação da alimentação do filhote pelos pais. No dia 26 de janeiro de 2011, o filhote foi o primeiro visto.

Resultado: 100% de sobrevivência do filhote.

Equipe Responsável: Bióloga (Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biologia, Universidade Federal de Rio Grande) - Soraya Ribeiro; Biólogo (Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Biologia, Universidade Federal de Rio Grande) - Kely Petroni Ewald; Biólogo (Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Biologia, Universidade Federal de Rio Grande) - Gláucia A. Bencke; Biólogo (Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Biologia, Universidade Federal de Rio Grande) - Gláucia A. Bencke; Biólogo (Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Biologia, Universidade Federal de Rio Grande) - Gláucia A. Bencke.

www.portoalegre.rs.gov.br

AUTORES

Biól. Giane Inquellmann Niederauer, Biól. Soraya Ribeiro, Acad. Leticia Maria, Acad. Kely Petroni Ewald e Biól. Glayson A. Bencke

Apresentação de dois casos de relocação de aves nidificadas junto a equipamentos urbanos em Porto Alegre.



Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

BOAZPOTEE CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTÃO DE PESSOAS

SMS

A regulação de consultas especializadas em Porto Alegre de 2009 a 2012: evolução com o Projeto INFOREDE

Gladis Jung
Coordenadora do Projeto Inforede, Mestre em Produção pelo PPGEP-UFPA
na área de concentração Análise Organizacional e Análise de Desempenho

Tamyres Oliveira
Bolsista de Estudos universitários no Projeto Inforede
Acadêmica de Enfermagem da UFPA

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Porto Alegre definiu como estratégia de enfrentamento para os problemas de acesso à informatização da Rede de Saúde do município de Porto Alegre (INFOREDE), constituindo-se a INFOREDE como o projeto prioritário da SMS de Porto Alegre. Este projeto deu-se início em outubro de 2010, com a formação da equipe, constituída por servidores e gestores desta SMS. Várias são as frentes que o Projeto Inforede vem desenvolvendo, contudo para este estudo, o objetivo é descrever a experiência da informatização na Central de Consultas Especializadas (CMCE), com o novo sistema informatizado da SMS.

O Setor utilizava um sistema informatizado desde 1994, porém o mesmo não disponibilizava informações da fila de espera e as solicitações de consultas eram agendadas através do telefone por videofonistas. As dificuldades iam desde duplicidades de solicitações, erros de registros, demora em conseguir-se ligação para agendamento, sem funcionamento online, relatórios insuficientes, entre outros. Concomitante a este sistema, a CMCE utilizava o SISREG, que era utilizado para consultas e marcação de alguns exames (centros especializados e Hospital) e gerava em torno de 40.000 solicitações perdidas semanalmente. A produção era de 33.000 consultas/mês, atendendo a 179 unidades de saúde solicitantes, 8 Centros de Saúde solicitantes e executores, 15 hospitais executores e ainda a 447 municípios do RS solicitantes, tornando a implantação de um sistema integrado de informações desta central reguladora, iminente.

Os resultados comparativos da informatização da regulação de acesso às consultas especializadas, pela SMS-POA, foram analisados através dos dados disponíveis do Tabwin de 2010 e do sistema da central de consultas, desenvolvido pela Procepa, comparando-as com os dados do Sistema AGHOS, que foi implantado a partir de abril de 2011.

Tabela 1: Dados comparativos da produção de consultas especializadas em Porto Alegre, anos 2010 e 2011

RESUMO	ANO 2010		ANO 2011 (1º SEM.)		ANO 2012 (1º SEM.)	
	N	%	N	%	N	%
Nº Consultas Total realizadas em Porto Alegre	1.734.579	100	521.834	100	346.572	100
Nº de Consultas Iniciais Reguladas pelo total de consultas realizadas	309.808	17,86	104.207	19,99	85.312	24,61

*Dados referentes ao período de setembro a dezembro 2011.

Gráfico 1: Evolução das consultas especializadas iniciais 2010-2012



Ainda é precoce fazer análises mais aprofundadas sobre o sistema, mas observa-se o crescimento da disponibilização das informações ao gestor, onde relatórios de demanda reprimida, entre outros, possibilitam que futuramente a o planejamento do sistema de saúde, se baseie em informações, com consequência para o melhor acesso aos serviços pelo usuário do SUS.

REFERÊNCIA

FONTE: A.F.H. OLIVEIRA, D.C. CASSIO, R.G.D. SOARES, A.M.T. *Como Avaliar Nível de Informatização: O processo de informatização de acesso aos serviços de saúde e sua aplicação na prática?* 2ª ed., 10 (3), 300-327, 2009.

www.infobrasil.com.br

AUTORAS

Enf. Gladis Jung e Acad. Tamyres Oliveira

Estratégia de enfrentamento para os problemas de acesso à Informatização da Rede de Saúde do município de Porto Alegre, constituindo a INFOREDE como o projeto prioritário da SMS, a partir de outubro de 2010.



3ª expotec - Mostra de Trabalhos e Projetos dos Técnicos de Nível Superior da Prefeitura de Porto Alegre

SMS



A TERAPIA COMUNITÁRIA NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - CASA HARMONIA

Renata Magalhães Corte Real Quintana¹ | Rosecler Távani Kich² | Aguida Luana Veriato Schultz³

A partir da necessidade de um espaço onde as pessoas pudessem articular o seu saber popular e construir uma rede social solidária, na perspectiva do desenvolvimento das dinâmicas individuais e das comunidades, que o Professor Adalberto de Paula Barreto⁴ criou, em 1988, a Terapia Comunitária (TC) no Brasil.

Concomitantemente, esta vem apoiar a proposta de promoção em saúde, com base na prevenção de doenças, muito mais do que na busca de tratá-las. O seu enfoque é o trabalho comunitário, priorizando a participação popular a partir do desenvolvimento de ambientes saudáveis, dentre outras questões (CASTEL, 2004).

Diante disso e com vistas a auxiliar no acolhimento dos conflitos emocionais, o Centro de Atenção Psicossocial da Infância (CAPSi) Casa Harmonia⁵, da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, considera a TC um instrumento de cuidado em saúde mental.

Enquanto tecnologia leve, proporciona aos usuários e seus cuidadores, o fortalecimento de vínculos, sejam familiares e/ou comunitários, bem como, o empoderamento e a capacidade de resiliência.

A Terapia Comunitária, realizada no CAPSi Casa Harmonia, tem como objetivo o acolhimento, o resgate do vínculo sociotomiar e a promoção da inclusão social, respeitando as possibilidades individuais de cada participante.

No grupo de TC todos os participantes, em rodízio, se reúnem e são acolhidos, partilhando sentimentos de forma horizontal, onde o terapeuta não é o especialista do conhecimento. Assim, cada pessoa é especialista no seu próprio problema, é seu próprio terapeuta, levando em consideração suas vontades, suas competências, bem como suas experiências.

Por isso, a importância do trabalho ser realizado em grupo, dado ao fato que cada participante tem experiência de vida que lhe trazem sabedorias e que são partilhadas.

A TC é fundamentada com base teórica na Teoria da Comunicação⁶, Pensamento Salmônico⁷, Antropologia Cultural⁸, Pedagogia de Paulo Freire⁹ e a Resiliência¹⁰. Sendo que seu desenvolvimento pré-determina os seguintes passos: acolhimento, escolha do tema, contextualização, problematização e conclusão (BARRETO, 2005).

Entendemos, portanto, que a Terapia Comunitária pode contribuir para o atendimento humanizado, ajudar na formação de redes comunitárias solidárias e promover a cidadania.



NOTAS

¹ Especialista em Saúde da Infância Casa Harmonia da Secretaria Municipal (SMS) de Saúde de Porto Alegre, Rosecler Távani Kich, 3ª expotec, 2012, 2013 e 2014.

² Especialista em Saúde da Infância Casa Harmonia da Secretaria Municipal (SMS) de Saúde de Porto Alegre, Rosecler Távani Kich, 3ª expotec, 2012, 2013 e 2014.

³ Especialista em Saúde da Infância Casa Harmonia da Secretaria Municipal (SMS) de Saúde de Porto Alegre, Rosecler Távani Kich, 3ª expotec, 2012, 2013 e 2014.

⁴ Especialista em Saúde da Infância Casa Harmonia da Secretaria Municipal (SMS) de Saúde de Porto Alegre, Rosecler Távani Kich, 3ª expotec, 2012, 2013 e 2014.

⁵ Casa Harmonia é um espaço de acolhimento e cuidado para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, localizada no bairro do Centro, em Porto Alegre.

⁶ Comunicação é o processo de troca de informações entre indivíduos, grupos ou organizações, visando a construção de uma realidade comum.

⁷ O pensamento Salmônico é uma abordagem filosófica que valoriza a experiência e o conhecimento adquirido ao longo da vida.

⁸ A Antropologia Cultural estuda a cultura humana em suas diversas manifestações, buscando compreender a relação entre o indivíduo e a sociedade.

⁹ Paulo Freire é um dos principais autores da Pedagogia da Consciência, que enfatiza a importância da participação ativa do educando no processo de aprendizagem.

¹⁰ A resiliência é a capacidade de um indivíduo ou comunidade de superar adversidades e manter ou recuperar o equilíbrio emocional e social.

EXPERIÊNCIAS

¹¹ O CAPSi Casa Harmonia é um espaço de acolhimento e cuidado para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, localizada no bairro do Centro, em Porto Alegre.

¹² O CAPSi Casa Harmonia é um espaço de acolhimento e cuidado para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, localizada no bairro do Centro, em Porto Alegre.

AUTORES

Ass. Soc. Renata Magalhães Corte Real Quintana, Ed. Fís. Rosecler Távani Kich e Ass. Soc. Aguida Luana Veriato Schultz

Apresentação do projeto de Terapia Comunitária realizado no CAPSi Casa Harmonia com o objetivo de acolher e resgatar o vínculo sócio familiar, promovendo a inclusão social e respeitando as possibilidades individuais.





Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre



CINCO ANOS DE EXPERIÊNCIA COM AMOSTRAS DE SANGUE IMPREGNADAS EM PAPEL FILTRO NO LABORATÓRIO DO SRTN-RS

Simone M. de Castro¹, Vera Regina Dietrich¹, Luis Eduardo Marquet¹,
Marta Chappert¹, Rita A. T. Santos¹, André C. Souza¹, Juliana L. Macedo¹, Rosalva Letícia Filippin¹
¹ Serviço de Referência em Toxigeno/Parasitol do Estado do RS, Instituto - InEto,
anexo principal, prédio central

Introdução

A utilização do papel filtro como meio de coleta de amostras para a triagem laboratorial de doenças é utilizada no Brasil e em diversos países, devido à sua praticidade na coleta, armazenamento e transporte, garantindo uma logística segura e qualidade das análises. Uma das vantagens da coleta de sangue em papel filtro é proporcionar maior acesso da população aos exames, aumentando a cobertura, com isso gerando maior agilidade no diagnóstico e tratamento.

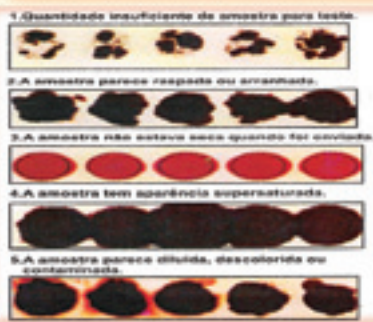
Objetivos

O resultado final das análises depende de um conjunto de fatores, desde a qualidade do papel filtro, uma coleta adequada e as condutas corretas de armazenamento e transporte. Poucos são os serviços com uma grande experiência em analisar amostras de sangue seco em papel filtro. Na prática, observa-se a ausência de um padrão homogêneo de qualidade nas coletas e a ocorrência de inúmeras variáveis que podem comprometer a análise fidedigna. Na avaliação da qualidade dos resultados podemos considerar dois grandes grupos: os problemas técnicos de coleta e os problemas relacionados a erros analíticos. Entre os principais problemas técnicos de coleta encontrados pelo laboratório podemos citar: hemólise, diluição, material insuficiente e ressecado. (Figura 1).

Metodologia e Resultados

Para os estudos dos erros analíticos, é importante abranger todo o processo técnico, analisando desde a matriz (papel filtro) com sangue, os insumos, os equipamentos e a tecnologia utilizada, a fim de conhecer todas as variáveis, os interferentes e a própria limitação do método.

Para mensurar o erro aleatório (E. A.) da metodologia em uso e estabelecer condutas de controle, utiliza-se a determinação do coeficiente de variação (CV%) de uma mesma amostra intra e inter-análise. O erro sistemático (E. S.) determina a diferença entre o valor encontrado e o valor esperado. Nessa análise, são comparados os resultados encontrados com resultados de concentração já conhecidas. A partir do E. A. e o E. S. calcula-se o erro total analítico (E. T. A.) do processo. Com este estudo, pode-se definir o ponto de corte e estabelecer valores seguros para evitar resultados falso-negativos, melhorando a sensibilidade do método.



1. Quantidade insuficiente de amostra para teste.
2. A amostra parece ressuspenso ou arrastada.
3. A amostra não estava sendo espalhada corretamente.
4. A amostra tem supernatante.
5. A amostra parece diluída, descolorida ou contaminada.

Figura 1: Exemplos de amostras com problemas técnicos.

Conclusão

Após cinco anos, os profissionais têm trabalhado na padronização e validação dos processos que envolvem a análise de sangue impregnado em papel filtro, buscando aumentar a sensibilidade e a especificidade dos métodos utilizados para atingirmos nosso objetivo final de diagnóstico precoce.

BIBLIOGRAFIA

Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre. <http://www.atnsp.org.br>



Figura 2: Cartão de dados do paciente.



Figura 3: Resultados da análise.

AUTORES Bioquím. Simone Martins de Castro, Aux. Lab. An. Andre C. Souza, Aux. Lab. An. Juliana L. Macedo, Aux. Lab. An. Rita A.T. Santos, Farm. Bioquím. Vera R. Dietrich, Aux. Lab. An. Marta Chappert, Ass. Adm. Solange Brito, Ass. Adm. Andreza Vargas, Ass. Adm. Montserrat Martins e Farm. Bioquím. Letícia Filippin

Padronização e validação dos processos que envolvem a análise de sangue impregnado em papel filtro, buscando aumentar a sensibilidade e a especificidade dos métodos utilizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COORDENADORIA DE SAÚDE MENTAL E PSQUIÁTRICA

SMS

CONSTRUINDO DISPOSITIVOS NO TERRITÓRIO: O TRABALHO DA TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE MENTAL

Iarema Jenisch Mendonça
Terapeuta Ocupacional, Licenciada em Artes Plásticas, Bacharel em Cerâmica
Equipe de Saúde Mental e de Matriciamento da
Gerência Unidade Particular / Lomba do Pinheiro
iarema@ig.com.br

OBJETIVOS

Realizar atendimentos através de oficinas de saúde mental no território em conjunto ou próximo da atenção básica, reformulando os conceitos de acordo com os preceitos da reforma psiquiátrica, de forma humanitária, descentralizada, participativa, preventiva, gerando empoderamento e criando condições favoráveis para desenvolvimento dos direitos civis e sociais.





RESUMO DO TRABALHO

Desde 2010 vem sendo realizadas quatro oficinas descentralizadas semanais de Terapia Ocupacional em Saúde Mental nos territórios de abrangência da GD PLP de acordo com os fundamentos da reforma psiquiátrica e em concordância com a atenção primária de saúde. A implantação deste trabalho vem trazendo importantes transformações no processo de atendimento e atenção em saúde mental fortalecendo o atendimento das singularidades nos territórios. As oficinas acontecem em conjunto ou próximas da atenção primária e valorizam a diversidade característica de cada microrregião. A Terapeuta Ocupacional está vinculada a dois serviços de atendimento em Saúde Mental: Equipe de Saúde Mental e a Equipe de Matriciamento em Saúde Mental. As oficinas são realizadas em quatro espaços distintos: na Associação de Moradores da Condor em conjunto com a Assistente Social da UBS São José; na Biblioteca Rê Ará com os profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF) Morro da Cruz e ESF Ernesto Araújo; na Sala da Brigada Militar, que é cedida para realização de grupos à UBS São Miguel e em uma sala no Instituto Leonardo Muraldo (ILEM - uma ONG) para pessoas que são encaminhadas pelos matriciadores. Nestes quatro locais as atividades se desenvolvem construtivamente e são possíveis ações de democratização, cidadania e promoção de saúde com resultados positivos na alfabetização, integração em projetos do município, emprego, diminuição das internações, autonomia, valorização das bagagens individuais, elevação de autoestima etc.

GANHOS OBTIDOS

Diminuição do número de internações; Alfabetização; Participação e integração com vários serviços da comunidade e familiares; Articulação com a rede do território e cidade; Troca de experiências; Promoção da cidadania e inclusão social; Elevação da autoestima e geração de renda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Assistência Administrativa. Coordenadoria Geral de Administração e Informação. Saúde Mental 1999-2009. Coordenado(a) por: de Documentação e Informação. 2ª Edição Revisão e Atualizada - Brasília, 2009. www.saude.mec.gov.br

Guia Prático de Matriciamento em Saúde Mental. Guia Hábito. Coordenado(a) por: de Documentação e Informação. 2ª Edição Revisão e Atualizada - Brasília, 2009. www.saude.mec.gov.br

AUTORA

Ter. Ocup. Iarema Jenisch Mendonça

Oficinas de Terapia Ocupacional em Saúde Mental como dispositivo de atendimento no território da GD PLP, de acordo com os preceitos da reforma psiquiátrica.





Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

Educação Permanente: uma revisão sobre as experiências realizadas nos Serviços de Atenção Primária em Saúde no Brasil

EVELINE RODRIGUES
Enfermeira, Especialista em
Saúde Pública e Secretária
Municipal de Saúde –
Gabinete Leste-Nordeste –
eveline2003@yahoo.com.br

**ANALI MARTESSANI
PEREIRA**
Enfermeira, Professora
Assistente da Universidade
Federal do Rio Grande
em Educação em Saúde

OBJETIVO

Identificar na literatura, experiências de Educação Permanente nos serviços de Atenção Primária à Saúde no Brasil, para posteriormente poder implementar ações nos serviços de Atenção Primária no município de Porto Alegre.

RESUMO

A Educação Permanente em Saúde (EPS) surge como o resgate da autonomia do trabalho-aprendizagem em saúde, e partir do ato de problematizar o processo de trabalho, sendo o objetivo a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho (BRASIL, 2004). Essa abordagem pode propiciar a democratização institucional, o desenvolvimento das capacidades de aprendizagem, docência e a capacidade de enfrentar de forma criativa as diferentes situações de saúde (CECCIM e FEUERWERKER, 2004). A pesquisa utilizou como método a Pesquisa do tipo Revisão Integrativa de Literatura, que visou identificar as publicações sobre a temática. Foram incluídos artigos correspondente ao período de 2006 a 2011 disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados nacionais SCIELO, LILACS e BDEINF. Foram incluídos os artigos em sua versão completa, disponíveis online. A palavra-chave utilizada foi Educação Permanente em Saúde, foi utilizada palavra-chave por não haver o descritor Educação permanente. Os descritores foram educação em saúde, atenção primária à saúde, atenção básica, educação continuada e saúde da família. Foram excluídos artigos que apresentaram disponíveis apenas resumos online, teses e dissertações. Os artigos foram identificados por números de 1 a 7. Aspectos éticos: todos os artigos utilizados foram devidamente reconhecidos, sendo o estudo iniciado após aprovação da Comissão de Pesquisa e do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIPAMPA – campus Uruguaiana.

RESULTADOS

Foram identificados e analisados 07 artigos no período de 2006 a 2011. Desses, 05 artigos foram publicados no ano de 2010, 04 artigos apresentaram como autores enfermeiros. Em relação as metodologias os artigos 1,3,6 e 7 utilizaram-se de entrevistas. Os artigos 2 e 4 utilizaram-se de oficinas e rodas de conversa, o artigo 5 utilizou grupos focais. Em relação a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde dos 7 artigos 5 citaram a política. Dos 07 experiências 04 delas tinham o objetivo de analisar e conhecer a concepção dos trabalhadores sobre a

EPS, evidenciando que a EPS é um processo relativamente novo e que os pesquisadores têm interesse em conhecer as concepções dos atores envolvidos. Também foram trabalhadas as temáticas Saúde da Criança, diabetes mellitus e planejamento participativo.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 1 O estudo evidenciou que ainda são poucos as experiências de Educação Permanente em Saúde, na Atenção Primária em nível nacional.
- 2 O número restrito de publicações sobre a temática impede na APS demonstrar que, apesar de estarem sendo realizadas ações denominadas como Educação Permanente em Saúde, estas ainda possuem fortes características de educação continuada. Outra constatação importante, observada no cotidiano, é o fato dos serviços desenvolverem ações de EPS significativas e não publicá-las.
- 3 Na prática ainda é comum a realização de capacitações externas aos serviços e algumas vezes fora do contexto do espaço de prática do trabalhador, o que diverge do preconizado pela EPS.
- 4 Acredita-se que a medida que os conceitos estiverem claros, a EPS poderá ser desenvolvida nos diversos âmbitos e contextos da atenção primária à saúde, tanto nos serviços de estratégias de saúde da família e unidades básicas de saúde, quanto ser utilizado como importante ferramenta para gestão, de forma a impulsionar e provocar mudanças nos cotidianos dos serviços.
- 5 O potencial da Educação Permanente em Saúde é indiscutível, e a Atenção Primária à Saúde torna-se um espaço de prática importante para potencializar ações de EPS, em função de desenvolver o processo de trabalho em equipes multidisciplinares e atuar próxima às comunidades.
- 6 Espera-se que este trabalho possa fornecer subsídios para práticas de EPS nos serviços de Atenção Primária do Município de Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde. Departamento de Gestão de Educação na Saúde. Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CECCIM, R. B.; FUEERWERKER, L. E. M. O questionário de formação para a área de saúde: análise qualitativa, abordagem construtivista. In: Saúde coletiva: Rio de Janeiro, 1979; 1(1).

www.integrativadevidas.org.br

AUTORA

Enf. Eveline Rodrigues

Pesquisa integrativa para identificar publicações sobre experiências de Educação Permanente nos serviços de Atenção Primária à Saúde no Brasil, que analisou sete artigos no período de 2006 a 2011, visando implementar mudanças no cenário de prática no município de Porto Alegre.



AUTORES

Enf. Lisiane M. W. Acosta, Enf. Isete Maria Stella, Aux. Enf. Patrícia Zancan
Lopes e Aux. Enf. Vera Lucia Julio Ricaldi

Análise descritiva de casos de Gestante HIV+ e criança exposta pela gestação/parto com risco acrescido, e resultados da intervenção conjunta da Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis da SMS e Atenção Primária em Saúde.



Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre



Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

SMS

LABORATÓRIO DE REFERÊNCIA MUNICIPAL PARA TUBERCULOSE

Objetivo

Atender a necessidade de diagnóstico do município de Porto Alegre que vem apresentando números de casos de tuberculose de 100 a cada 100.000 habitantes, acima da média nacional, cuja incidência é de 50 casos por 100.000 habitantes, conforme boletins epidemiológicos dos últimos anos.

CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE, TODAS AS FORMAS CLÍNICAS, POR ANO, E O RESPECTIVO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA:



Fonte: PRON/RS/CNS/SEDT/RS/MSAR

Desenvolvimento

Para tanto, foi elaborado um programa de necessidades de projeto básico e executivo, de um Laboratório de Tuberculose, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de oferecer exames de cultura para "Micobacterium" e realizar a semeadura primária como Laboratório de Referência Municipal (LRM) da assistência na rede municipal, aliviando, por consequência, o LACEN (Laboratório Central de Referência), vinculado à Secretaria Estadual de Saúde e com área geográfica de abrangência estadual.

Para ser implantada cultura com todas as etapas o laboratório, em seus requisitos, teve que levar em consideração:

- ✦ Mais tempo gasto por amostra clínica pelo profissional;
- ✦ Treinamento em procedimentos de maior risco biológico;
- ✦ Medidas adicionais de proteção dos profissionais;
- ✦ Equipamentos específicos de maior custo, com garantia de manutenção;
- ✦ Laboratório mais espaçoso e com sistema de direcionamento e purificação de ar.

Considerações finais e resultado esperado

Conforme preconiza o Manual Nacional de Vigilância Laboratorial de Tuberculose e outras Micobactérias, o laboratório em questão teve como prioridade as bairrais primárias, constituídas comumente pelas cabines de segurança biológica (CSB), assim como, as bairrais secundárias de sistemas de ventilação especializados, sistemas de tratamento do ar, áreas de acesso controlado e isolamento do laboratório em módulos separados.

O Laboratório foi localizado no primeiro andar do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, na rua Manoel Lobato, 151, bairro Santa Teresa, no distrito Glória/ Cruzeiro/ Cristal, constituindo um serviço de referência. Realiza cerca de 30 mil exames por mês. Entre os setores analíticos, encontra-se o de Baciloscopia, que realiza especificamente a pesquisa de BK (causador da Tuberculose) em escarro. São processados, abusivamente, cerca de 1000 tt/mês, atendendo a toda rede municipal. O setor tem aumentado sua demanda, devido à busca ativa de pacientes sintomáticos e a implantação da cultura para Micobactérias.



REFERÊNCIA

Manual nacional de vigilância laboratorial de tuberculose e outras micobactérias / Ministério da Saúde, Secretaria de vigilância em saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

Relatório de P. Questionário / SMS / ASSEPLA: Porto Alegre, 08 de maio 2012.

Agravo Tuberculose: Casos Novos de Tuberculose todos as formas (clínicas P) questionário por Gerência do ano de 2011 e 2012 residentes em Porto Alegre.

FELICE JOSÉ LANER
felice@sm.santapa.com.br
Secretaria de Administração de Projetos, Departamento de Realização
Secretaria de Estruturação Administrativa de Saúde, CDS/RS/MSAR

LILIAN ROSE M. DA ROCHA
lilian.rosa@sm.santapa.com.br
Laboratório de Referência Municipal
Gerência de Sa. SMS

MÁRCIA CALIXTO
calixto@sm.santapa.com.br
Centro Epidemiológico de Tuberculose
Estado de Rio Grande do Sul, CDS/RS/MSAR



AUTORA

Méd. Lilian Rose M. da Rocha, Enf. Márcia Calixto e Eng.Civil Felice José Laner

Projeto básico e executivo de um Laboratório de Tuberculose vinculado à Secretaria Municipal de Saúde para oferecer exames de cultura para "Micobacterium", reduzindo a sobrecarga do Laboratório Central de Saúde Pública do RS, que tem abrangência estadual.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS



LABORATÓRIO DE TRIAGEM NEONATAL: TÉCNICOS CIENTÍFICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE A SERVIÇO DO ESTADO DO RS

Simone Martins de Castro, Andre C. Souza, Juliana L. Macedo, Rita A.T. Santos, Vera R. Diedrich,
Marta (Chapper), Solange Brito, Andreza Vargas, Montserrat Martins, Letícia Filippon

Serviço de Referência em Triagem Neonatal do Estado do RS, Instituto IMHIS
e-mail: astecpmpa@portopampa.com.br

Teste do Pezinho



A triagem neonatal (Teste do Pezinho) é diferenciada da prevenção do retardamento mental e da morte prematura, quantificando ou identificando precocemente substâncias que podem apresentar seus níveis no sangue aumentados ou diminuídos, de acordo com a patologia estudada. No ano de 2006, o Ministério da Saúde criou o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), que culminou na publicação da Portaria Ministerial (Portaria GM/MS nº 822, de 6 de junho de 2006). Os principais objetivos do programa são: ampliação do número de patologias triadas, busca da cobertura de 100% dos recém-nascidos vivos e definição de uma abordagem mais ampla da questão, determinando que o processo de Triagem Neonatal envolva várias etapas, tais como a realização do exame laboratorial, a busca ativa dos casos suspeitos, a confirmação diagnóstica, o tratamento e o acompanhamento multidisciplinar especializado dos pacientes. Com a implantação do PNTN, o HMIHV, em Porto Alegre, passou a ser o Serviço de Referência em Triagem Neonatal (SRTN) de todo o estado do RS. O serviço oferecido pelo SUS está habilitado a triar para fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, anemia falciforme e outras hemoglobinopatias e fibrose cística.

Em 2007 o HMIHV passou a ter um Laboratório próprio de Referência em Triagem Neonatal. O laboratório recebe amostras de sangue seco em papel filtro de todos os 496 municípios do RS, representados por mais de 1500 postos de saúde que coletam o teste do pezinho. Os gráficos 1 e 2 mostram, respectivamente, o número total de bebês e o de doentes triados pelo laboratório nos anos de 2008 a 2011.

A idade ideal para a coleta do teste do pezinho é entre o 3º e o 7º dia de vida do bebê. Em 2007, apenas 36% dos bebês gaúchos realizaram a coleta no período ideal. A equipe do laboratório tem trabalhado com capacitações dos profissionais de saúde, ações no pré-natal, elaboração de material informativo, objetivando diminuir a idade do bebê na coleta e aproximar do período ideal do início do tratamento das doenças diagnosticadas. Os gráficos 3 e 4 demonstram, respectivamente, a diminuição da idade do bebê na coleta e na primeira consulta para hipotireoidismo congênito no estado do RS durante o período de 2008 a 2011.

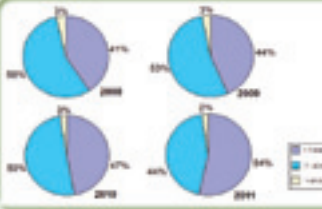


Gráfico 1 - Idade média dos bebês na coleta do teste do Pezinho



Gráfico 2 - Idade média dos bebês na primeira consulta para hipotireoidismo congênito

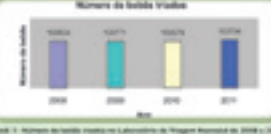


Gráfico 3 - Número de bebês triados no Laboratório de Triagem Neonatal de 2008 a 2011



Gráfico 4 - Número de doentes triados pelo Laboratório de Referência de 2008 a 2011

O PNTN no âmbito do SUS no RS tem apresentado evolução positiva ao longo dos 11 anos de existência, porém parâmetros qualitativos ainda devem ser ajustados para que possamos atingir a cobertura plena e integral no Estado, incluindo assim a inclusão da detecção de novas doenças neste programa.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Portaria GM/MS nº 822, de 6 de junho de 2006. Institui o Programa Nacional de Triagem Neonatal, no âmbito do Sistema Único de Saúde, para Fenilcetonúria, Hipotireoidismo Congênito, Anemia Falciforme e Hemoglobinopatias. Brasília, 06/06/2006.

AUTORES Bioquím. Simone Martins de Castro, Aux. Lab. An. Andre C. Souza, Aux. Lab. An. Juliana L. Macedo, Aux. Lab. An. Rita A.T. Santos, Farm. Bioquím. Vera R. Diedrich, Aux. Lab. An. Marta Chapper, Ass.Adm. Solange Brito, Ass.Adm. Andreza Vargas, Ass.Adm. Montserrat Martins e Farm. Bioquím. Letícia Filippon

Implantação do Programa Nacional de Triagem Neonatal no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, em Porto Alegre, que passou a ser o Serviço de Referência em Triagem Neonatal de todo o estado do RS.



Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre



INSTITUTO EDUCACIONAL BOAZÓPOLIS
CNPJ: 06.908.088/0001-00 - 91.121.121-0
RUA: RUA CARLOS DE CARVALHO, 1000 - JARDIM BOAZÓPOLIS

SMS



OFICINA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS



INTRODUÇÃO

No HMIPV a internação psiquiátrica é feminina, composta por vinte e quatro leitos, sendo cinco para internação de gestantes dependentes químicas. A equipe é composta por assistente social, enfermeiros, fisioterapeuta, nutricionista, psicólogas, residentes de psicologia, técnicos de enfermagem, terapia ocupacional e serviços de apoio.

A Oficina de Educação em Saúde iniciou em dezembro de 2010. É uma atividade interdisciplinar, coordenada pelas profissionais: Denise Narciso - Terapia Ocupacional, Karine Damiani - Fisioterapeuta, e Sandra Mara Souza - Nutricionista, contando também com a participação de colaboradores.

RESULTADOS

Maior conscientização e práticas de autorregulação: reeducação alimentar, exercício físico, rotinas saudáveis, com vistas a uma melhor qualidade de vida.



JUSTIFICATIVA

A oficina foi criada após avaliação com as pacientes no trabalho da Terapia Ocupacional. Tornou-se evidente a necessidade de ampliar a atenção integral às pacientes, através de um trabalho interdisciplinar nas abordagens da reabilitação, autocuidado e manutenção do tratamento, bem como, melhorar a qualidade de vida no pós-alta.

OBJETIVOS

Incentivar o autocuidado. Trabalhar consciência e imagem corporal. Preparar para alta hospitalar. Promover a manutenção do tratamento no pós-alta. Estimular a reeducação alimentar. Promover a qualidade de vida. Avaliar rotinas e identificar riscos para manutenção do tratamento. Auxiliar na redução de reinternações.

METODOLOGIA

Oficina interdisciplinar, realizada semanalmente por 2 horas. Aplicada por nutricionista, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. É fornecida carteira de saúde a cada paciente para acompanhamento. A participação das pacientes é livre e realizada em 3 etapas.

I) EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Temas: Conscência de saúde; Consciência e imagem corporal. Orientação alimentar; Exercício físico; Autocuidado e beleza. Tema livre.

II) ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL

Avaliação antropométrica; Orientações para adequação de hábitos diários.

III) AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DO DIA E PLANEJAMENTO

Avaliação do grupo; Avaliação individual; Discussão sobre a atividade; Seleção da próxima abordagem.

AValiação

Realizada a partir dos Fichas de Registro e de Acompanhamento Antropométrico e Carteira de Saúde.

BIBLIOGRAFIA

BRANCA, Maria Luiza de Almeida. *Alimentação do paciente do Hospital*. 2008, p. 75-85.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a População Brasileira: promoção e manutenção da saúde*. Brasília, 2006.

FODEL, M. L., KETEMAN, L., FOL, E. - *Revisão de literatura de intervenção e de educação*. São de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

FEIJÓ, Cláudia. *SAÚDE, Política, Terapia Ocupacional - Nutrição e Política*. Rio de Janeiro: F. de Letras, 2008, p. 175-85.

Denise Borba Narciso
Terapeuta Ocupacional | deniseb02@gmail.com

Karine Damiani
Fisioterapeuta | karinedamiani@gmail.com

Sandra Mara Barbosa de Souza
Nutricionista | sandra@farmacia.portoalegre.com.br



AUTORAS

Ter. Ocup. Denise Borba Narciso, Fis. Karine Damiani e Nutr. Sandra Mara Barbosa de Souza

Oficina interdisciplinar, realizada semanalmente por nutricionista, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, com pacientes da internação psiquiátrica feminina do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas.



3ª expotec - MOSTRA DE TRABALHOS E PROJETOS DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE



O IMPACTO NA ARRECADAÇÃO DO ISSQN EM VIRTUDE DA DIMINUIÇÃO DA ALÍQUOTA DO ISSQN NA ÁREA DE INFORMÁTICA E DE PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Paulo Luis Heinen
Administrador - Pós-graduação em Gestão Pública

As ideias do Professor universitário Arthur Laffer foram colocadas em prática na época do Governo Reagan, nos Estados Unidos, nos anos 70, e tiveram resultado. A teoria diz que a diminuição da carga fiscal, ou da alíquota de um imposto, reverte para o aumentando da demanda e consequentemente para aumento da atividade econômica, aumentando a arrecadação.



Aumentando demasiadamente a alíquota, a arrecadação decresce. Existem pontos ou alíquotas menores à esquerda da curva que fazem a arrecadação aumentar, numa curva ascendente, existe o ponto de equilíbrio, onde a arrecadação é máxima para uma alíquota maior, e pontos ou alíquotas maiores à direita do ponto de equilíbrio, numa curva descendente de arrecadação. Porém os impactos da taxação interagem entre si o "efeito aritmético" ou seja, o aumento da arrecadação como o fruto da multiplicação da alíquota do imposto vezes a renda disponível para a taxação (a base do tributo), interage com o "efeito

econômico" porque a alíquota do tributo provoca impacto sobre a própria base do tributo. Verificou-se na PHRA, o comportamento de cinco atividades de serviços, de dois grupos de atividades: Serviços de Informática e Serviços de Publicidade e Comunicação Social. A intenção foi a de verificar se a teoria da curva de Laffer se aplica ao caso estudado, ou não, e que variáveis podem ter influido no comportamento da arrecadação.



Para tanto se verificou o aumento ou não de contribuintes, contribuições espontâneas por guia ou por confissão de dívida, e principalmente o comportamento da arrecadação destas atividades frente ao total do ISSQN arrecadado em cada ano, de 2001 a 2007. Concluiu-se que em ambos os casos, **houve incremento no número de contribuintes e no número de contribuições**, mas houve decréscimo na arrecadação, em termos reais (indexados), não nominais.

Fonte: Câmara Arrecadação, ISSQN, Laffer, Política Fiscal.



www.portoalegre.rs.gov.br

AUTOR

Adm. Paulo Luis Heinen

Aplicação, em Porto Alegre, de teoria colocada em prática nos anos 70, nos Estados Unidos, que aponta a diminuição da carga fiscal ou da alíquota de um imposto reverte para o aumento da demanda e incrementa a atividade econômica, aumentando a arrecadação.



Atividade realizada na Casa da Gestante do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, para fotografar as futuras mães que não teriam oportunidade de registrar sua gravidez em função da internação inesperada ou prolongada.

Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria

REVISTA BRASILEIRA DE GERONTOLOGIA E GERIATRIA
VOLUME 25 Nº 3 - 2012

SMS

PARTICIPATIVUS IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Introdução

O presente relatório apresenta o processo de Capacitação em Monitoramento e Avaliação Participativus. Este processo teve como marco o Portaria MS nº 2344/2008, desmembrando-se a partir do detalhamento do Plano de Ação da Secretaria Municipal de Saúde – SMS / Porto Alegre – RS. Tal implementação visa à execução de Política de Gestão Estratégica e Participativa no SUS, descentralizando o planejamento, fortalecimento assim o Sistema Único de Saúde.

Participativus é uma política que reforça o direito universal à saúde, tem como componentes a Auditoria do SUS, o Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, a Ouvidoria do SUS, a Gestão Participativa e Controle Social no SUS. Sendo dever de cada ente federado a adesão das ações ao Plano de Saúde, no Programa Nacional de Saúde e a apresentação dos resultados no Relatório Anual de Gestão.

O processo teve início em julho e concluído em dezembro de 2011 com reuniões e oficinas de implementação da capacitação em monitoramento e avaliação do Participativus.

Objetivo

Estruturar ações relativas às metas do Plano Municipal Saúde 2010-2013, com vistas a integrar a Programação Anual de Saúde 2012, através de oficinas de Capacitação em Monitoramento e Avaliações da Gestão do SUS.

Metodologia

Os trabalhos se realizaram em forma de oficinas utilizando-se o Enfoque Participativus, cuja metodologia se baseia no princípio da construção coletiva de conhecimentos. Participam desde processos unívocos do SUS, conselhos, trabalhadores de saúde da atenção primária, especialistas e dos hospitais envolvidos.

As etapas do processo de capacitação foram sequenciais e interligadas, permitindo que o conteúdo de cada uma dê suporte às atividades para a etapa posterior. São elas: orientações e priorização de propostas; priorização dos direitos (metas) pelo grupo gestor; capacitação de facilitadores para as oficinas regionais; elaboração dos Planos de Monitoramento Regional; elaboração dos Planos de Monitoramento dos Hospitais; elaboração dos Planos de Monitoramento dos áreas meto e fins da SMS. Os grupos partiram da análise de problemas considerando as vicissitudes, em meios estabelecidos na PAS 2011 e no PMS com relação aos temas de atualizações, melhoria de casos de SHTA, AGDs, tabuleiros, câncer de colo de útero e de mama, assistência de pré-natal e telegrameira. Após análise de problemas, as metas foram revisadas seguindo com a discussão, formulação de metas para a PAS 2012 e a formação de equipes para o monitoramento em cada região.

O processo de trabalho com os hospitais seguiu uma metodologia na qual o ponto de partida foi a análise de problemas que dificultavam ou impediam o alcance das metas da PAS 2011, procurando ações para a PAS 2012, que se constitui no objeto a ser monitorado.

Para a elaboração do Plano de Monitoramento da CERES, tivemos a efetiva apoio nas discussões de técnicos da CGVS que atuam na área de Saúde do Trabalhador bem como, para apoiar a discussão de GGM buscarem o apoio de equipes de OSAGDS.

PARTICIPANTES DO PROCESSO PARTICIPATIVA SUS

TOTAL DE PARTICIPANTES: 568

Sector	Porcentagem (%)
União Federal	6,7
Hospitais	5,9
SIN Camé	3,9
SIN Lato Menor	4,7
SIN Representativo Hospital	6,3
SIN Norte Rio Grande	2,1
SIN São Francisco-Sinclair	4,9
SIN Rio Grande Sul	6,3
SIN Rio Grande Sul	7,1
SIN Sinápolis	6,3

Resultados

f possível concluir, após análise dos dados, que os objetivos estabelecidos foram atingidos durante o processo continuado. Tal sucesso ficou fixado pela expressão entusiástica de todos os setores participantes. Não só houve a participação de 518 pessoas entre gestores, trabalhadores, representantes do controle social, representantes da universidade. Um número expressivo considerando os subsistemas (meios) básicos na construção de espaços de diálogo, troca, colaboração e por ter oportunizado uma aproximação entre gestores, trabalhadores e usuários no sentido de construir metas relacionadas à saúde, bem como a articulação dessas forças com a gestão do sistema e a formulação de políticas públicas de saúde.

Em cada região digital de saúde ocorreu a constituição de uma equipe composta por servidores, controle social e universidade que darão sequência ao monitoramento das metas da PAS.

Conclusão

No tocante aos dois maiores problemas evidenciados, isto é, a necessidade redimensionamento de recursos humanos e as falhas na comunicação e informação, é fundamental a adoção de medidas para implementação de comunicado eficiente e eficaz, assim como, estudos e estratégias de redimensionamento de pessoal, de democratização de oferta de RH, buscando um equívoco do número de profissionais face ao contingente populacional dos regimes.

Este processo contribui para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, tal sistema quando reconhecido mundialmente como modelo, ainda que a escalada se completa, mas visa o alcance de magnitude idealizada.

REFERÊNCIAS

- Brazil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Planejamento. Política nacional de saúde participativa e monitoramento do SUS. Ministério da Saúde. Departamento de Monitoramento e Avaliação. Brasília: 2008.
- BRECHT, Maria. Monitoramento: uma abordagem sistêmica. Porto Alegre: Fapesp/Editora, 2005.
- MUNICIPIO ALBERTO, Associação Alameda de Saúde - PAS 2012 Disponível em: <http://www.albertosul.com.br/arquivos/pas2012.pdf>

Revisão Técnica: Rosângela C. de Souza - rosangelac@smspg.rs.gov.br | Editoria: Rosângela C. de Souza

Elaboração: Rosângela C. de Souza - rosangelac@smspg.rs.gov.br | Layout: Mariana Tavares - martav@smspg.rs.gov.br | Diagramação: Rosângela C. de Souza - rosangelac@smspg.rs.gov.br

Rua XV de Novembro, 1590 - Centro - 91060-000 - Porto Alegre - RS - Brasil - Telefone: (51) 3093-1234 - Fax: (51) 3093-1235 - E-mail: sms@smspg.rs.gov.br

www.sbsp.org.br

AUTORES Dent. Denise Antunes Nascimento, Enf. Juliana Maciel Pinto, Enf. Kelma Nunes Soares, Enf. Leila Beatriz Ramos, Enf. Lurdes Maria Toazza Tura, Eng. Civil Margarida Maria Martimiano Ramos, Ass. Soc. Ruth Alves de Ávilar e Téc. Nutr. Vanise de Almeida Santos

Apresentação do processo de Capacitação em Monitoramento e Avaliação ParticipaSUS, que visa a execução da Política de Gestão Estratégica e Participativa no SUS, descentralizando o planejamento e fortalecendo o Sistema Único de Saúde.



Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

SMS

PROJETO CAPACITAR: TEORIA E PRÁTICA NA INCLUSÃO DE PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS GRAVES ATRAVÉS DO TRABALHO FORMAL



No contexto atual, parece indispensável refletir sobre a inclusão social de pessoas com transtorno mental grave. Enquanto soluções legislativas fornecem importante apoio à inclusão social, as pesquisas mostram que sua plena implementação continua a ser problemática e um desafio aos profissionais. A prática no campo da atenção psicossocial neste contexto vem demonstrando que além de refletir é possível implementar e sustentar um trabalho de inclusão com objetivos de contribuir nas Políticas Públicas, bem como nas discussões no campo legislativo ampliando o debate com dados da prática. Através de um processo de capacitação, acompanhamento e estágio, foi construído um conjunto de estratégias com vistas a viabilizar a inclusão social das pessoas com transtorno mental grave pela via do trabalho formal. No final do ano de 2008, formou-se um grupo de trabalho, integrando profissionais da área da saúde e instituições de diferentes setores da comunidade, em parceria interinstitucional, para discussão e elaboração de uma proposta que contribuisse para a inclusão destas pessoas. Foi constituído o Projeto Piloto Capacitar, que através do acompanhamento dos profissionais, familiares e instituições comunitárias, investiu na formação de um grupo de quarenta e dois alunos, divididos em três turmas. O Capacitar tem como meta não somente a capacitação profissional, mas também provocar um processo de discussão na sociedade, buscando afirmar o direito das pessoas com transtornos mentais à inclusão no mercado formal de trabalho. A metodologia do trabalho foi construída passo a passo no decorrer do processo, sendo composta de atividades que deram sustentação ao trabalho no cotidiano como: constituição de parcerias intersetoriais, encontros mensais com alunos, familiares e entidades parceiras, apoio e oficinas de sensibilização com professores e orientadores das entidades formadoras, articulação com profissionais da rede de atenção, sistematização das atividades desenvolvidas e aplicação de instrumentos de avaliação e acompanhamento. Finalizamos o ano de 2011 com nove pessoas com transtornos mentais psiquiátricos graves empregadas na rede formal de trabalho, em abril de 2012 ocorreu a formação da segunda turma sendo que dos doze formados, onze já foram contratados e contamos hoje com mais quinze alunos em fase de aprendizagem. Obtivemos também como resultados do curso de qualificação o bom aproveitamento nas disciplinas, tanto teóricas como práticas, a participação efetiva dos familiares, a boa receptividade dos colegas de trabalho na parte prática e principalmente mudança significativa na postura dos alunos durante o transcorrer do curso o que nos levou a investir na formação de novas turmas. Portanto, gostaríamos de apresentar este Projeto Piloto e expor a possibilidade dos profissionais da saúde mental da PHPA estarem efetivamente firmando a potencialidade do trabalho interinstitucional e principalmente sustentando os acompanhamentos realizados através de parcerias com profissionais da rede de saúde da cidade de Porto Alegre.

AUTORAS Ter. Ocup. Carmen Vera Passos Ferreira, Ter. Ocup. Francilene Nunes Rainone, Ass. Soc. Jussara Nunes Ortiz, Méd. Psíqu. Luisa Bisol e Méd. Psíqu. Sandra Maria Soares

Processo de capacitação, acompanhamento e estágio que, através do acompanhamento de profissionais, familiares e instituições comunitárias, visa afirmar o direito das pessoas com transtornos mentais à inclusão no mercado formal de trabalho.



SMS

**Unidade Móvel de Esterilização
e Educação em Saúde para
Animais Domésticos do
Município de Porto Alegre/RS**

Carlos Ivánovich, *Parque de Olivos*
 Instituto de Estudios de Administración, Universidad de Buenos Aires

Enzo Pons, *Jaime*
 Instituto de Estudios de Administración, Universidad de Buenos Aires

Enzo Pons, *Jaime*
 Instituto de Estudios de Administración, Universidad de Buenos Aires

José Carlos Sanguinetti
 Instituto de Estudios de Administración, Universidad de Buenos Aires

Paulo Antonio de Castro, *Los Hornos*
 Instituto de Estudios de Administración, Universidad de Buenos Aires

Enzo Pons
 Instituto de Estudios de Administración, Universidad de Buenos Aires

Enzo Pons, *Jaime*
 Instituto de Estudios de Administración, Universidad de Buenos Aires

Objetivo

Elaboração do projeto teórico e executivo, incluído no Rio Grande do Sul, de uma Unidade Policial de Intoxicação e Educação em Saúde (LAPETS), pelos Mestrados de Coordenação Geral de Vigilância em Saúde (COMV) devido a solicitação da Coordenação Interdisciplinar Políticas Públicas para os Animais Domésticos (COM-PPAD), em meados de agosto de 2010.

Desenvolvimento

Considerando a superpopulação de animais abandonados em grandes centros urbanos e o impacto negativo que ocasiona tanto à saúde pública, quanto ao ambiente e ao patrimônio, por verificação de zoonoses, agravos de agredidos, contaminação ambiental e acidentes de deslocamentos, entre outros, é a necessidade de programas permanentes que assegure o controle populacional de cães e gatos em comunidades de vulnerabilidade sócio-ambiental, por meio das ações (chamada de esterilização (castração), guarda responsável com comprometimento dos tutores de animais, controle de zoonoses, atividades educativas e regulamentação de políticas públicas voltadas à saúde pública veterinária fortalecido esta prática.

O corpo técnico da COrV partiu do princípio que a unidade deveria proporcionar ambientes saudáveis, confortáveis, seguros e ergonômicos, para o bem estar animal e da equipe de assistência da área médica veterinária, como se previu em um centro cirúrgico.

Foi utilizado um ônibus anteriormente utilizado para o transporte coletivo municipal, doado pela Associação de Transportes de Passageiros (ATP), e inicialmente foram levantadas todas as medidas e dimensões necessárias para estabelecer um programa mínimo de saneamento.

A área de acesso do teatro foi prevista considerando o motorista, transportes da equipe de assistência, acomodação, armazenamento de medicamentos e pessoas não ativamente envolvidas, foi projetado um refeitório bancado, dotato de lavatório de emergência, sanitário para uso da equipe de assistência, sendo o ambiente livre para os demais portadores que utilizarem com visto, consultando banheiros a sala (origem), não acessos desde seu refeitório. O ambiente ambiente no fluxo se constitui de sala cirúrgica, ambiente dotato de duas mesas cirúrgicas de aço inox, com todos os transtornos, focos cirúrgicos duplo e independentes, dois aparelhos de anestesia inalatória, dotados com monitor cardíaco, bancado com tanque de aço inox, lavatório de emergência, armários abaciais e de lavatório, bancado com tanque de aço inox, tanque de trânsito de unidades, sendo o ambiente com similar para isolamento do pré e pós-operatório, armários e freios. Projeto se anexo bancado (com tanque) em aço inox, piso de higienização, armários para preparo e análise anestésica e cirúrgica, ambiente que foi comunicação com a sala cirúrgica, através de porta para uso em estado de visto, entre exames sob transportes para o ambiente cirúrgico. Os lavatórios, tanque e piso foram dotados de botões direcionais com água quente e fria de 40 graus e uso de rede para o uso cirúrgico.



Nos parâmetros, foram adotados critérios para evitar o cruzamento entre materiais sujos e limpos durante os procedimentos, a estabelecimento de fluxo para atender requisitos de barreiras físicas, acesso prioritário, lavatórios de higienização e área de evacuação, preconizando-se higienização adequada.

diendo integralmente condições para boas práticas cirúrgicas e bem estar animal. Os materiais de acabamento de superfícies foram especificados obtivendo maior resistência ao uso dos produtos de limpeza, maior durabilidade ao uso intenso da unidade e menor absorção de líquidos para evitar o desenvolvimento de colônias ou seja, microscópios em sua conformação.

Foi prevista na UH022, gonôdor que atende toda a unidade, cilindros de gases medicinais, de oxigênio, reservatórios de água potável e sanitária, com computador de bordo para controle de seus níveis, aquecedor de ar condicionado com re aquecedor de ar interior, macacos hidráulicos de estabilização da suspensão da unidade, todo bancamento de proteção lateral e garins externos atrelados nos compartimentos inferiores do ônibus.

Considerações finais e resultados esperados

A UBERES corresponde integralmente a uma existência e princípio de mobilidade e de biosegurança, com características de infraestrutura necessárias a um centro cirúrgico móvel-modelo, abrangendo a população de cães e gatos do Município de Porto Alegre/RS, e atendendo exigências de saúde e bem-estar animal e dos profissionais envolvidos com a realização de cirurgias e outros procedimentos.

A LPEES foi apresentada oficialmente em agosto de 2011, como Unidade Misto I do Projeto Bicho Amigo de Secretaria Especial dos Direitos dos Animais (SEDA), sendo esta responsável por sua operacionalização, e em conjunto com a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



REFERÊNCIAS

© 2004, Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 105–112

[illegible]

DOI: 10.1016/j.sbsbs.2015.05.001

AUTORES Adm. Carlos Vicente Felipetto de Oliveira, Méd. Vet. Daura Pereira Zardin, Eng. Civil Felice José Laner, Méd. Vet. José Carlos Sangiovanni, Méd. Vet. Paulo Antonio da Costa Casa Nova, Méd. Vet. Roger Halla, Méd. Vet. Roxana Pinto Nishimura

Elaboração de projeto básico e executivo de uma Unidade Móvel de Esterilização (Castração) e Educação em Saúde (UMEES), por solicitação da Coordenadoria Multidisciplinar Políticas Públicas para os Animais Domésticos (COMPPAD).



Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre



Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre





VALIDAÇÃO DO ANALISADOR HEMATOLÓGICO MINDRAY BC-5380

Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMI-PV), PMPA, RS

Letícia Filippon, Osmaninho Maschmann, Luis Eduardo Sacco Marques, Andreza Francisco Martins, Francisco Carlos Machado da Silva e Carolina Didonet Pederzoli
Farmácia Bioquímica e Análises Clínicas do Laboratório de Análises Clínicas do HMI-PV

André Canto de Souza
Farmácia Bioquímica e Análises Clínicas do Laboratório de Análises Clínicas do HMI-PV

E-mail para contato: leticiafilippon@yahoo.com.br

Introdução e Objetivo

A implantação de um novo equipamento analítico na rotina laboratorial requer uma análise criteriosa acerca do desempenho quantitativo e qualitativo do equipamento (validação analítica). O objetivo deste trabalho foi avaliar, através de estudos de exatidão e precisão analíticas, o analisador hematológico Mindray BC-5380, em comparação com dois equipamentos utilizados rotineiramente, a fim de validá-lo para uso na rotina laboratorial.

Material e Métodos

Para análise de exatidão, 65 amostras de sangue venoso total com EDTA foram processadas em três contadores hematológicos: Mindray BC-5380, ABE Pentra 80 e Sysmex XT-1800i. Foram considerados os seguintes parâmetros quantitativos: contagem de glóbulos brancos (GB), glóbulos vermelhos (GV) e plaquetas (PLA), hemoglobina (HB), hematócrito (HT), volume corpuscular médio (VCM) e índice de distribuição (RDW). Os resultados foram analisados através do coeficiente de correlação (r) de Pearson e do teste t de Student. Foram realizadas para análise de precisão intra-assaio 20 replicações sequenciais de uma mesma amostra e para análise inter-assaio 4 amostras diferentes, uma por dia, com 5 replicações cada. Os resultados foram analisados através do coeficiente de variação. Parâmetros qualitativos também foram observados.

Resultados

O estudo demonstrou alta correlação ($p < 0,001$) entre os 3 equipamentos testados em todos os parâmetros analisados, com exceção do RDW, que apresentou $p < 0,01$ quando comparados os resultados do Mindray com os do ABE Pentra 80. Estes dois equipamentos também mostraram diferença significativa no VCM ($p < 0,05$) (Tabela 1). Os resultados de precisão analítica apresentaram coeficiente de variação inferior a 2,4% em todos os parâmetros analisados, demonstrando a excelente reprodutibilidade intra e inter-assaio do equipamento (Tabela 2). Foi observado também que o analisador possui sensibilidade adequada para liberação de alarmes (flag), valores de referência confiáveis, layout moderno e prático, facilidade de operação e manutenção, flexibilidade de software e capacidade de análise com tubos de amostra diferenciados (adulto e pediátrico).

Conclusão

Os resultados evidenciaram que o contador hematológico Mindray BC-5380 possui alta qualidade analítica, fornecendo resultados fidedignos, com exatidão e precisão, e em conformidade com outras tecnologias já consagradas no mercado, além de possuir características qualitativas que contribuem para sua aceitação na rotina laboratorial.

BIBLIOGRAFIA

Escall, M.S. Analisador automático hematológico e a importância de validar novos equipamentos em laboratórios clínicos. *Rev Bras Hematol Hemoter* v. 31, n. 4, p. 298-320, jul. 2009.

Boaz Político de Laboratório, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, www.anvisa.gov.br

Tabela 1 – Resultados de correlação (r) de Pearson e de probabilidade (p) medida pelo teste t de Student para análise de exatidão do equipamento Mindray BC-5380

	Mindray e ABE		Mindray e Sysmex	
	r	p	r	p
GB	0,9893	0,007331	0,9891	0,754429
GV	0,9879	0,003214	0,9879	0,877960
PLA	0,9848	0,006438	0,9886	0,021959
HB	0,9888	0,003387	0,9882	0,000335
HT	0,9871	0,018341	0,9898	0,000324
VCM	0,8397	0,044257	0,8857	0,401089
RDW	0,8126	0,008821	0,8088	0,201624

Tabela 2 – Resultados da análise da precisão intra-assaio (a) e inter-assaio (b) do equipamento Mindray BC-5380

a)

	GB	GV	PLA	HB	HT	VCM	RDW
Média	4,387	4,332	281,437	14,367	41,386	92,88	11,174
CV	0,11	0,04	0,73	0,11	0,40	0,26	0,07
CV (%)	1,02	0,39	2,39	0,70	0,96	0,26	0,59

b)

	GB	GV	PLA	HB	HT	VCM	RDW
Média	14,386	4,332	289,987	14,367	41,386	92,88	10,967
CV	0,17	0,06	1,87	0,06	0,60	0,04	0,08
CV (%)	1,13	1,59	0,79	0,36	1,19	0,05	0,79

CV: coeficiente de variação

AUTORES Farm. Bioquím. Letícia Filippon, Farm. Bioquím. Osmaninho Maschmann, Farm. Bioquím. Luis Eduardo Sacco Marques, Farm. Bioquím. Andreza Francisco Martins, Farm. Bioquím. Francisco Carlos Machado da Silva, Farm. Bioquím. Carolina Didonet Pederzoli, Aux.Lab. e An. André Canto de Souza e Téc. de Lab. Juçara de Pellegrin Matos

Avaliação, através de estudos de exatidão e precisão analíticas, do analisador hematológico Mindray BC-5380, em comparação com dois equipamentos utilizados, a fim de validá-lo para uso na rotina laboratorial.



COORDENADORIA GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
NÍVEL SUPERIOR DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

SMS

VOCÊ SABE ORGANIZAR SUA GELADEIRA?




Introdução e Objetivo

A Equipe de Vigilância de Alimentos, integrante da Coordenadoria de Vigilância em Saúde, tem como competência promover a segurança e a qualidade dos alimentos comercializados e/ou consumidos em Porto Alegre, por meio de ações que busquem eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde.

O consumidor é um segmento de extrema importância, pois nossas ações visam prevenir ou diminuir riscos à saúde. Mas não basta os alimentos estarem no comércio adequados sanitariamente se o consumidor ao armazená-los em refrigeração desconhece a forma mais segura de fazer. Muitos dos surtos de Doenças Transmissíveis por Alimentos (DTAs) ocorrem em casa, no período de 2007 a 2009, 22% dos surtos investigados no Ilê Grande da Sul foram em residência (CVS-CVS-89).

O objetivo do trabalho foi conhecer como a população organiza os alimentos na geladeira e quais os principais equívocos que comete.

Desenvolvimento

Buscando trabalhar com o consumidor, foi desenvolvido em 2010, o trabalho sobre organização de geladeira, o qual teve como marco o dia 16 de outubro, dia Mundial da Alimentação. Consiste em levar, para o Parque Redenção um frigobar, embalagens vazias de alimentos, ovos, vegetais e dois tipos de embalagem, uma sacola plástica reciclável e outra um saco plástico transparente de primeiro uso, dois lides de geladeira com um mostrando temperatura de 5°C e 9°C e água sanitária. Montar-se um gabinete, coloca-se o frigobar (identificá-lo) e os alimentos em cima de uma mesa, faz-se a abordagem junto as pessoas que estão passando e pergunta-se: você sabe organizar a sua geladeira? Feito isto as pessoas é convidada a organizar os alimentos no interior do frigobar. A partir da forma como organizou a geladeira, são trabalhados conceitos sobre validade de produto, forma de conservação, como funciona a circulação de frio na geladeira, onde colocar os ovos, como acondicionar as verduras e frutas, bem como higienizá-las. Também qual a temperatura adequada de funcionamento da frigideira, camada de gelo do congelador e forma de higienizar, tanto por dentro como por fora.

Resultados do Diagnóstico

Os resultados dos testes mostraram que 98% dos participantes colocam os ovos e o leite na porta da geladeira, 50% afirmaram que a temperatura de funcionamento é 9°C, 95% utilizam sacolas plásticas recicláveis para acondicionar frutas e verduras, 95% utilizam o vinagre para higienização das frutas e verduras, 80% não sabem a forma de conservação do alimento expressa na embalagem e 20% quando o alimento vem em lata e é aberto, deixam na lata.






Conclusão

Foi percebido que há uma necessidade de a vigilância sanitária através deste instrumento de educação trabalhar em eventos comunitários, tendo sido instituído em função do referido trabalho a participação da Vigilância sempre no dia Mundial da Alimentação, que é comemorado em outubro, no Parque da Redenção. Também é uma atividade envolvente e que permite ao cidadão ter um contato direto com Vigilância e enxergar como está organizando e cuidando dos seus alimentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Estado de Rio Grande do Sul. Secretaria da Coordenação de Vigilância em Saúde. (2010). - Conselho Regional de Alimentos. Lei nº 6.033 de 20/10/10. Decreto nº 24.613 de 20/10/10. Regulamento sobre Produtos Alimentares e Regulamento de Saúde Pública. Porto Alegre, 1999. Disponível em: www.saude.gov.br

AUTORA

Méd. Vet. Ana Helena da Cunha Maia

Trabalho da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde que aborda a população para, partindo da pergunta “Você sabe organizar a sua geladeira?”, orientar sobre a conservação doméstica de alimentos.



Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre



AUTORES Arq. Andrea Oberrather, Arq. Antonio Luis Gomes Pinto, Adm. Antonio Mello Bertaco, Arq. Carla Rosane Hilgert, Arq. Cléia Beatriz H. Oliveira, Arq. Denise Pacheco Tili Campos, Arq. Eunice Beatriz Schwengber, Arq. Fernando Biffignandi, Bel Tur. Joana Braga, Biól. João Roberto Meira, Arq. Kelly Ribeiro Jordão, Arq. Lucia de Borba Maciel, Arq. Marcelo Vargas Allet, Eng. Civil Paulo Antonio Schreinert, Eng. Agr. Sérgio A. Mielniczuk de Moura, Adv. Simone Somensi, Biól. Soraya Ribeiro, Arq. Synthia E. Krás Borges, Arq. Valéria Damasceno Ferreira e Bel. Tur. Vanessa Haas Engster

Identificação de conflitos e potencialidades, definição de diretrizes e consolidação de propostas integradas que definem um rumo para a Zona Sul da cidade, nas próximas décadas.



3º expotec - Mostra de Trabalhos e Projetos dos Técnicos de Nível Superior da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

SPM

ANTEPROJETO DE LEI DE LIMITES DE BAIRROS DE PORTO ALEGRE

Objetivo Geral

Propor o amplo reconhecimento dos limites dos bairros por moradores, usuários e provedores de cidade.

Principais Conceitos

O Bairro é a divisão territorial que mais se aproxima do conceito, fortalecendo identidades sociais, físicas e a sensação de pertencimento a um território. Condição para a presença de moradores, agregação comunitária, uso do território, requisitos imprescindíveis para sua construção.

Quanto mais precisa for a definição dos limites de um bairro, mais amplo será o seu reconhecimento, considerando sua adesão para a definição e gestão de políticas públicas e por serviços públicos e privados (banco, telefonia, água, luz etc.).

Esta definição estabelece base essencial não só para o fortalecimento de identidades comunitárias, mas também para a construção de sistemas de informação e gestão do território, incluindo a produção de indicadores sociais, econômicos, ambientais e políticos-municipais.

Critérios adotados para referenciais

Definir limites de bairro por referenciais de fácil localização, utilizando elementos físicos e geográficos existentes:

- Eixo central de logradouro público-efetivo, adotando sistema viário de maior importância;
- Margem ou eixo de Lago Guaíba;
- Eixo central da linha ou do traçado de avenidas e do Rio Gravata;
- Excepcionalmente, utilizar limites de propriedade imobiliária, tanto no interior do território, tanto de dentro e "fora imaginária", definidos por coordenadas georreferenciadas.

A Proposta de Lei Municipal de Limites de Bairros de Porto Alegre reúne as descrições de todos os bairros em uma única lei, conferindo maior precisão geográfica, através da padronização das descrições e da agregação de espacialização georreferenciada.

Princípios Básicos

Considerar limites consensuados, por lei ou pela presença de moradores promovedores, quando necessário, adequações à atual configuração espacial do objeto, eliminando conflitos de interpretação e de imprecisão geográfica, adotando referenciais estáveis e de fácil identificação e incluindo as "Vozes sem denominação".

Garantir a promoção da gestão democrática no processo de formação da lei, conforme art. 8º da Lei Orgânica dos Municípios compete, prioritariamente, à Câmara Municipal e ao Poder Executivo, observados os princípios e observada a legislação pertinente, cabendo apenas de notificação do Conselho Municipal.

Preservar centralidades originais e características históricas, culturais, ambientais e segregação socioespacial, especialmente na criação de bairros novos.

Eng. Agr. Inez Maria Barros Pavlick
Arq. Gladis Weissheimer
Arq. Túlio Calliari



Situação em 2012

- 81 bairros estão oficializados por 28 leis aprovadas entre 1957 e 2011, sem conterem espacialização correspondente;
- Casos de sobreposição de limites, uso de referenciais inconsistentes ou inconsistentes (limites imaginários, delimitação dentro do sistema viário, equipamentos urbanos e empreendimentos realizados após a aprovação das leis);
- 13 áreas ainda sem definição de limites ou denominadas em lei.



BAIRRO




PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL / SDU - SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO



Prefeitura de Porto Alegre

AUTORES

Eng. Agr. Inez Maria Barros Pavlick, Arq. Gladis Weissheimer e Arq. Túlio Calliari

A Proposta de Lei Municipal de Limites de Bairros de Porto Alegre reúne as descrições de todos os bairros em uma única lei, conferindo maior precisão geográfica através da padronização das descrições e da agregação de espacialização georreferenciada.





Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

SPM

ESTUDOS TERRITORIAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO EM PORTO ALEGRE

SUB GT DESIGN TERRITORIAL

EQUIPE TITULAR DO GT MOBILIÁRIO URBANO
Arq. Ada Raquel D. Schwartz - SPM | Tur. Joana Braga - SMTur
Arq. Luiz Antônio Bolcato Custódio - SMC/EPHAC | Arq. Werner Neubert Drevnovicz - SEACIS | Arq. Oscar Azevedo Neto - SPAM

EQUIPE COLABORAÇÃO
Arq. Ana Paula Hoppe Bonini - SPM | Arq. Tulio Callari - SPM
Eng. Tânia Quintana Rodrigues - SPM | Eng. Ben-Hur Rafael
Deppente Costa - SPM | Tur. Ivone dos Passos Maio - SMTur
Tur. Alice da Silva Costa - SMTur | Arq. Naiana Maiana John SMC /
EPHAC | Acad. Arq. Letícia Madiera Triaca - SPM

OBJETIVO
Este artigo tem por objetivo mapear os Espaços de Interesse Estratégico - termo utilizado para se referir aos espaços mais significativos da cidade, cuja animação os tornam locais mais atraentes para a utilização de veículos publicitários na paisagem urbana. Essa característica diferenciada tornará possível viabilizar a sustentabilidade econômica da fixação do Mobiliário Urbano.

Compreendendo que o Mobiliário Urbano influenciará na paisagem urbana pré existente de maneira determinante e que, na cidade, existem espaços com características diferenciadas, definiu-se que tais espaços necessitam de uma avaliação e consideração específicas, a fim de criar critérios urbanísticos que também protejam a paisagem urbana, em relação à poluição visual.

MÉTODO
As atividades foram desenvolvidas de acordo com o Plano de Trabalho a seguir: Complementação de Diagnóstico (Definição de Áreas de Interesse e Caracterização das Áreas de Interesse); Proposta de Critérios Referenciais (Agrupagem dos Espaços de Interesse e Seleção de Mobiliário); Complementação/Elaboração Relatório e Premissas para a Consolidação do Trabalho.

PRODUTOS
O Produto Final consistiu no Mapeamento dos Espaços de Interesse Estratégico, ao lado:

Um dos critérios utilizados para produzir o Mapa de Espaços Estratégicos foi a linguagem das calçadas, produto este intermediário, e que propôs estudar a relação do porte dos elementos de Mobiliário Urbano com o espaço disponível nas calçadas, a fim de garantir a Acessibilidade dos pedestres. O Mapa das Languagens das Calçadas, obtido por meio de aproximação, está ao lado:



CONSIDERAÇÕES FINAIS
Os estudos indicaram pontos para aprofundamento, bem como premissas fundamentais, de natureza política, administrativa e técnica, para a consolidação do Mobiliário Urbano no Município. O produto intermediário Mapa das Languagens das Calçadas (com valores aproximados), primeiro material do gênero na cidade, pode tornar-se um material de apoio à Mobilidade Urbana, bem como à políticas públicas de Acessibilidade.

Legislação consultada
Decreto Nº 14612/04 | Decreto Nº 19063/06 | Decreto Nº 16786/10
Lei Nº 8275/99 | Lei Nº 8882/02 | Lei Nº 9946/06 | Lei Nº 10385/08
Lei Nº 10626/10 | Lei Nº 10940/10 | Lei complementar 434/99 (com alterações posteriores (PODUM-Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental) | Lei 676/11 (Plano Diretor de acessibilidade)

REFERÊNCIAS
BOAZPÓTE. Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre. Plano de Trabalho para a Consolidação do Mobiliário Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. 2010. Disponível em: www.boazpote.org.br. Acesso em: 10/04/2015.

JOANA BRAGA. T. 1994. Análise, Proposta de critérios para o mobiliário urbano. In: Anais do Seminário de Planejamento - 1994. 117 p. Porto Alegre, 2000. p. 80 e 100. (CD-ROM 1994/2000).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL / SPM - SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO



www.portoalegre.rs.gov.br

AUTORES Arq. Ada Raquel Schwartz, Tur. Joana de Macedo Braga, Arq. Luiz Antônio Bolcato Custódio, Arq. Werner Neubert Drevnovicz, Arq. Oscar Azevedo Neto, Arq. Ana Paula Hoppe Bonini, Arq. Tulio Callari, Arq. Tânia Quintana Rodrigues, Arq. Ben-Hur Costa, Tur. Ivone dos Passos Maio, Tur. Alice da Silva Costa, Arq. Naiana M. John e Acad. Letícia Triaca

Mapeamento dos Espaços de Interesse Estratégicos - termo utilizado para se referir aos espaços mais significativos da cidade, cuja animação os tornam locais mais atraentes para a utilização de veículos publicitários na paisagem urbana.

De 2 a 13 de julho de 2012



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

SPM

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE PORTO ALEGRE

CONSIDERAÇÕES PARA UMA PROPOSTA COM A VISÃO DO CORPO TÉCNICO DA SPM

Este documento apresenta o produto do trabalho desenvolvido por um grupo de servidores técnicos da Secretaria do Planejamento Municipal (SPM) entre outubro de 2011 e janeiro de 2012 considerando disposições do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental envolvendo a reestruturação desta secretaria e a oportunidade de criação de um Instituto de Planejamento para Porto Alegre.

OBJETIVOS

- Promover um breve resgate histórico sobre a tema.
- Perceber quais as perspectivas em função da criação de um novo organismo de planejamento.
- Sustentar um posicionamento dos servidores da SPM.

METODOLOGIA

O trabalho desenvolveu-se através de reuniões de trabalho consecutivas, com frequência semanal e mediante a realização de estudos e pesquisas dirigidos com as seguintes etapas:

- Alinhamento e sensibilização;
- Estudos Preliminares;
- Elaboração de Relatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento do trabalho, foram apresentadas diversas propostas e ideias, sendo que algumas foram adotadas e outras não. No entanto, a proposta de criação do Instituto de Planejamento para Porto Alegre foi a mais aceita e defendida pelo corpo técnico da SPM.

BASES PARA UMA PROPOSTA DE IPPOA - PRESSUPOSTOS

- A atividade do IPPOA deve ser diferenciada;
- A criação de novas estruturas organizacionais e adoção de novas abordagens;
- A criação de um instituto de planejamento amplia o debate da atividade de planejamento territorial do município como um todo;
- A criação do IPPOA deve representar INOVAÇÃO.

ELEMENTOS DA INOVAÇÃO - QUADRO SÍNTESE

Uma Gestão Pública fortalecida que:

- Capacita seus servidores e os demais envolvidos;
- Alinhamento à realidade urbana;
- Síntese uma preocupação com a sustentabilidade de seu futuro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL / SDU - SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Professora do Porto Alegre

www.portoalegre.rs.gov.br

AUTORES Arq. Ana Paula Hoppe Bonini, Arq. Andrea Oberrather, Arq. Denise dos Santos Simões, Arq. Gládis Weissheimer, Arq. Hermes de Assis Puricelli, Arq. Laura Beatriz Kochenborger, Arq. Maria Tereza Fortini Albano, Arq. Patricia da Silva Tschoepke, Arq. Tulio Calliari, Eng. Ben-Hur Rafael Deporte Costa, Eng. Paulo José de Sousa Lima Demingos e Eng. Tânia Quintana Rodrigues

Apresentação do trabalho desenvolvido na SPM, entre outubro de 2011 e janeiro de 2012, envolvendo a reestruturação da Secretaria e a criação de um Instituto de Planejamento para Porto Alegre.





Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre



AUTORES

Arq. Miriam Maciel Echel, Arq. Jorge Freitas Borges, Arq. Tania Regina S. C. de Oliveira e Arq. Hermes de Assis Puricelli

Formulação de diretrizes, projetos e planos concertados entre o poder público e privado para qualificação do espaço urbano de maneira ordenada e planejada, buscando o desenvolvimento sustentável da região e melhoria da qualidade de vida.



3º EXPOTEC
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL / SPM

SPM

PROJETO ORLA SUL

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL DA PORÇÃO SUL DO TERRITÓRIO

OBJETIVO GERAL

Estimular o desenvolvimento local sustentável da porção sul do território municipal a partir do aproveitamento integrado das potencialidades ambientais, urbanas e culturais das áreas que se desenvolvem ao longo do sul da zona urbana.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Ordenar e integrar as atividades comerciais e empreendimentos locais existentes, promovendo a melhoria da qualidade urbana e a preservação do patrimônio cultural e histórico local.
2. Promover a qualificação física e social do espaço urbano, com ênfase na melhoria da infraestrutura urbana, como uma rede de transporte e saneamento básico.
3. Instrumentalizar as intervenções e ações locais com dispositivos de planejamento urbano de médio e longo prazo, visando a melhoria da qualidade urbana e a preservação do patrimônio cultural e histórico local.
4. A partir das ações de planejamento urbano, promover a melhoria da qualidade urbana e a preservação do patrimônio cultural e histórico local.

RESULTADOS ESPERADOS

1. A qualificação urbana e a melhoria da infraestrutura urbana, com ênfase na melhoria da infraestrutura urbana, como uma rede de transporte e saneamento básico.
2. A melhoria da infraestrutura urbana e a melhoria da infraestrutura urbana, com ênfase na melhoria da infraestrutura urbana, como uma rede de transporte e saneamento básico.
3. A melhoria da infraestrutura urbana e a melhoria da infraestrutura urbana, com ênfase na melhoria da infraestrutura urbana, como uma rede de transporte e saneamento básico.








PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL / SPM - SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

www.portoalegre.rs.gov.br

AUTORES

Arq. Andrea Oberrather, Arq. Marcelo Allet e Arq. Synthia Krás Borges

Proposta de união dos esforços do GT Orla e GT Zona Sul para o aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico do valioso patrimônio ambiental da zona sul da cidade.





www.astecpmpa.com.br



**Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre**

**RUA BARÃO DO TRIUNFO, 419 | CONJ. 304
51 3217.2921 | 90.130-101 | AZENHA
PORTO ALEGRE | RIO GRANDE DO SUL**

